

Intelligencia e zelo, sempre manifestados no exercicio de suas funcões.

Conforme os documentos que junta verifica-se contar cerca de 21 annos de serviço, na sua maioria em cargos de magistratura.

N. 9 — Bacharel Maurilio Augusto Curado Fleury

Este candidato recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 8 de novembro de 1889.

Acha-se actualmente no exercicio do cargo de desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Estado de Goyaz, para o qual foi nomeado em 26 de junho de 1893, tendo exercido anteriormente os de promotor publico da comarca de Morrinhos, de 1 de maio de 1890 a 16 de março de 1891, identico cargo na capital do mesmo Estado de Goyaz, de 17 de março a 20 de abril de 1891, de juiz municipal e de orphãos e interino de direito da comarca de Morrinhos, de 1 de maio a 4 de novembro de 1891, de procurador geral da thesouraria da Fazenda, de 20 de abril a 7 de julho de 1892, de procurador seccional da Republica, ainda no Estado de Goyaz, de 12 de novembro de 1894 a 23 de novembro de 1893, de auditor de guerra em 1896, e de juiz de direito das comarcas de Jaguará e da capital do Estado, de 24 de outubro de 1903 até ser nomeado desembargador do Superior Tribunal.

No Estado de Minas Geraes exerceu o requerente os cargos de promotor publico da comarca de Queluz, em 1892, e o de juiz substituto da de Estrella, antiga Bagagem, de 3 de março de 1897 a 5 de outubro de 1903.

De 15 de dezembro de 1891 a 1 de fevereiro de 1892 desempenhou o cargo electivo de deputado á Assembléa Legislativa do Estado de Goyaz.

Do modo superior com que tem desempenhado os cargos supra-mencionados são a prova os honrosos attestados firmados pelo Exmo. Sr. ministro Joaquim Xavier Guimarães Natal, então juiz seccional de Goyaz, e pelos Srs. desembargador presidente do Superior Tribunal e Dr. juiz de direito da comarca de Estrella.

Conta assim cerca de 28 annos de serviços publicos.

N. 10 — Bacharel Djalma de Mendonça

Este candidato exerce presentemente o cargo de juiz de direito da comarca de Cruzeiro do Sul, no Territorio do Acre.

De 18 de maio de 1908, data em que assumiu o exercicio do cargo de juiz preparador do 4º termo da comarca do Alto Juruá, tem elle exercido seguidamente, além desse, os de juiz substituto da comarca do Alto Acre e Alto Juruá e juiz de direito da de Tarauacá, donde foi removido a pedido para a de Cruzeiro do Sul, onde se acha em exercicio desde 6 de abril de 1915.

Junta o requerente, além de varios trabalhos de sua lavra, publicados em periodicos do Territorio do Acre, diversos attestados firmados pelas autoridades judicarias e administrativas d'aquelle territorio, nos quaes são unanimes seus signatarios em salientar a sua correccão como magistrado e como particular e o acurado estudo e intelligencia lucida que tem revelado no desempenho dos cargos que tem exercido.

Conta presentemente o requerente mais de nove annos de exercicio em cargos de magistratura no Territorio do Acre.

N. 11 — Desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira.

O requerente recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife, em 29 de setembro de 1892 e está, presentemente, em disponibilidade pela extincção do Tribunal de Appellação de Cruzeiro do Sul, no territorio do Acre, do qual era presidente nomeado pelo decreto federal de 3 de fevereiro de 1915.

Dos documentos que acompanham a petição de inscripção verifica-se ter o requerente exercido durante quatro annos os cargos de promotor publico e delegado escolar da comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, merecendo dos Srs. presidente Quintino Bocayuva e procurador geral do Estado, desembargador Pedro de Athayde Lobo Moscoso Junior, elogiosas referencias pela competência e zelo manifestados no desempenho desses cargos.

Em 14 de abril de 1907 foi o requerente nomeado juiz de direito da comarca do Alto Juruá sendo removido por decreto de 30 de abril de 1906 para identico cargo na de Alto Purús, sendo, em 9 de maio de 1909 nomeado desembargador do Tribunal de Appellação de Senna Madureira, donde foi removido para o Tribunal de Cruzeiro do Sul, onde estava em exercicio até a data de sua extincção.

Além dos documentos acima mencionados junta ainda o requerente as certidões de folha corrida no juizo de Nova Friburgo e federal do Estado do Rio de Janeiro, ambas firmadas em junho de 1917.

Conta assim o requerente cerca de 17 annos de serviço, sendo quatro como promotor publico e cerca de 13 como magistrado.

N. 12 — Bacharel Octavio Martins Rodrigues

Este candidato recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito de S. Paulo, de onde é natural, em 7 de dezembro de 1906 e tem o seu diploma registrado nesta secretaria.

Exerce o cargo de juiz federal substituto na seccão do Estado do Rio de Janeiro, no qual já foi reconduzido, desde 30 de agosto de 1907 sem a minima interrupção a não ser para assumir o exercicio da vara federal, como acontece presentemente em quo se achella vaga.

Junta o requerente a petição de inscripção attestados firmados pelos Exmos. Srs. ministros Herminio do Espirito Santo e Edmundo Muniz Barreto, Presidente do Supremo Tribunal Federal e procurador geral da Republica, desembargador Carlos Bastos, presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro e Drs. Raul de Souza Martins e Octavio Kelly, juizes federaes deste districto nos quaes são salientados o zelo, proficiencia e distincção com que o requerente tem desempenhado as funcões de seu cargo.

Conta cerca de dez annos de effectivo exercicio no cargo de juiz substituto federal na seccão do Estado do Rio.

N. 13 — Bacharel Francisco Antonio da Costa Palmeira

Conforme certidão que acompanha a petição em que requer inscripção no presente concurso, verifica-se que o requerente recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife em 13 de dezembro de 1904.

Ha oito annos exerce o cargo de juiz substituto da comarca de Maracanã, no Estado do Pará, com zelo e correccão, nada constando em desabono á sua conducta, conforme atesta

o Sr. Dr. juiz de direito da alludida comarca, tendo exercido anteriormente, de 16 de maio de 1908 a 8 de outubro de 1909, identico cargo na comarca de Ponta de Pedras, no mesmo Estado.

Conta, assim, 11 annos de exercicio em cargo de magistratura.

N. 14. — Arthur Furtado de Albuquerque Cavalcante.

Este candidato recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife, em 13 de dezembro de 1891.

Acha-se actualmente em disponibilidade como juiz de direito do Estado do Piauhy.

Pelos documentos com que instrue a petição com que requer inscripção no presente concurso, verifica-se ter exercido os seguintes cargos: no Estado do Piauhy, promotor publico na comarca da capital, juiz de direito das comarcas de Campo Maior e União; secretario e chefe de policia interino e procurador seccional interino; no Estado do Pará, os de official de gabinete do governador do Estado, promotor publico da comarca de Muana, juiz municipal das comarcas de Macapá e Obidos; no Estado do Amazonas de curador geral das massas fallidas da capital, visitador escolar do Rio Purús, juiz municipal da comarca de Caranary e secretario do chefe de policia; no Estado de Minas Geraes, o de juiz substituto da comarca do Alto Rio Doce; e, finalmente, no Territorio do Acre, o de adjunto do promotor publico do segundo termo da comarca do Rio Branco em cujo exercicio se encontra.

Além desses cargos, foi o requerente eleito deputado á camara legislativa constituinte do Piauhy, da qual foi segundo secretario.

N. 15 — Bacharel Vicente Ferreira Paulino

Este candidato, natural do Estado de Minas Geraes, nasceu em 8 de abril de 1872 e recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas no dia 14 de julho de 1891, na Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Geraes (doc. n. 1).

Foi nomeado pelo governo de Minas promotor de Justiça da Comarca de Theophilo Ottoni e tomou posse do respectivo cargo em abril de 1893, tendo estado em exercicio até 1 de abril de 1899; reconduzido no mesmo cargo tomou posse e entrou em exercicio em 1 de maio do mesmo anno (doc. n. 2).

Em 22 de maio de 1906, foi nomeado juiz municipal do mesmo termo e comarca, tendo estado no exercicio, desse cargo de 20 de junho seguinte até 13 de maio de 1907 (documento n. 3).

Em 14 de maio desse anno entrou no exercicio do cargo de juiz de direito daquella comarca, no qual se manteve até o dia 13 de dezembro de 1909 (doc. n. 4).

Em 2 de setembro de 1914 foi o requerente reconduzido no cargo de juiz municipal do termo de Theophilo Ottoni, tendo tomado posse perante a Camara Municipal daquella cidade, em 18 do mesmo mez (doc. n. 5).

Exerceu tambem o cargo de secretario e, posteriormente, o de director do Lyceu de Theophilo Ottoni no anno de 1898, accumulando nesse instituto de ensino os cadeiras de portuguez (2º e 3º anno) e de geographia e historia do Brasil (doc. n. 6).

Além dos documentos mencionados o requerente instrue sua petição com os seguintes mais:

Certidão passada pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes da qual consta ter sido nomeado juiz municipal do Termo de Theophilo Ottoni, tendo sido recon-